

## DECISÃO COREN-PE nº 0286/2022

*Derroga a Decisão Coren-PE nº 079/2021, atualizando a remuneração do cargo de Auditoria Contábil*

O Presidente do Conselho Regional de Enfermagem de Pernambuco junto à Conselheira Secretária desta Autarquia no uso de suas atribuições legais e regimentais;

**Considerando** a determinação contida no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), *in verbis*: “a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração”;

**Considerando** a determinação contida no art. 37, inciso V, da CF/1988, *in verbis*: “as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento”;

**Considerando** o disposto no art. 8º, da Resolução nº 425/2012 do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), que assim determina: “Os dirigentes do respectivo Conselho de Enfermagem deverão destinar 30% (trinta por cento) dos empregos públicos de que trata esta Resolução ao exercício por servidores ocupantes de empregos públicos de carreira, observadas a necessidade do conselho, a peculiaridade do emprego público e as condições técnicas e habilidades do empregado a ser nomeado.”;

**Considerando** o art. 14, da Resolução Cofen nº 566/2018, que assim dispõe: “Na criação dos empregos públicos em comissão, o Cofen e os Conselhos Regionais de Enfermagem deverão observar o limite máximo de 40% (quarenta por cento) do quantitativo total estabelecido para os seus quadros efetivos.”;

**DECISÃO COREN-PE nº 0286/2022**

**Considerando** a necessidade de reestruturação administrativa interna do Coren-PE quanto aos cargos comissionados, funções gratificadas, vagas, salários e gratificações;

**Considerando** os incisos XIV e XV do Art. 18 do Regimento Interno do Coren-PE, aprovado pela Decisão Coren-PE nº 140/2019;

**Considerando** a Resolução Cofen nº 670/2021;

**Considerando** a Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União nº 84/2020;

**Considerando** o Despacho nº 1469/2021-COREN/DIPRE;

**DECIDEM:**

**Art. 1º** – Derrogar a Decisão Coren-PE nº 079/2021, alterando a remuneração do cargo comissionado de Auditoria Contábil:

<b>Cargo Comissionado</b>	<b>Vagas</b>	<b>Salário (R\$)</b>
Auditoria Contábil	01	R\$ 4.081,97

**Art. 2º** – Esta Decisão entrará em vigência na data da sua assinatura e posterior publicação.

**Art. 3º** – Dê-se ciência e cumpra-se.

Recife, 04 de novembro de 2022.

**José Gilmar Costa de Souza Júnior**  
**Coren-PE nº 120107-ENF**  
**Presidente**

**Tháise Tôrres de Albuquerque**  
**Coren-PE nº 428546-ENF**  
**Conselheira Secretaria**